

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I	
CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	15
1. Visão dimensional do Direito	17
2 Os modelos jurídicos	22
3 As estruturas jurídicas	27
CAPÍTULO II	
DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E CIDADANIA COMO FUNDAMENTOS DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: CONTEÚDO JUSNATURALISTA	37
1. Referencial para estudo da dignidade da pessoa humana no instituto da escravidão: a indignidade humana na falta de capacidade racional	37
1.1. O senhor e o escravo por natureza	39
1.2. Ausência de capacidade deliberativa como motivo justificador do tratamento indigno ao escravo	42
1.3. Reconhecimento dos senhores como fim em si mesmos e dos escravos como meio para os fins alheios	44
2. Visões discordantes da idéia da submissão natural	45
3. Causa da dignidade da pessoa humana na autodeterminação	47
3.1. Dignidade da pessoa humana como respeito à capacidade racional do homem	47
3.2. O ser racional como fim em si mesmo	47

3.2.1. A estrutura do conhecimento	47
3.2.2. Vontade e o princípio fundamental	49
3.2.3. A fonte racional das leis morais	51
3.2.4. Fundamento da dignidade na autonomia da vontade	51
3.3. Implicações da dignidade da pessoa humana	53
3.3.1. O valor das coisas e a dignidade humana	54
3.3.2. A tutela da dignidade da pessoa humana	56
3.3.3. Impedimento à “coisificação” da pessoa humana.....	57
3.3.4. A juridicidade da dignidade da pessoa humana.....	58
3.3.5. O direito da população a tratamento digno pelo Estado ..	60
3.3.6. A dignidade da pessoa humana e o direito ao desenvolvimento.....	62
3.3.7. A igualdade e a justiça.....	65
4. Aspectos da cidadania	70
4.1. Finalidade da sociedade estatal.....	70
4.1.1. A liberdade como atributo da cidadania	72
4.1.2. A igualdade como atributo da cidadania	74
4.1.3. A fraternidade como atributo da cidadania.....	76
4.2. Equilíbrio entre interesse público, cidadania e dignidade da pessoa humana	78
4.3. Direito ao desenvolvimento como expressão da cidadania.....	83

CAPÍTULO III

O DESENVOLVIMENTO NACIONAL: DIREITO FUNDAMENTAL DE NATUREZA TRANSINDIVIDUAL DECORRENTE DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DA CIDADANIA	87
1. O direito ao desenvolvimento como resultante lógico da dignidade da pessoa humana e da cidadania.....	87
2. O conceito jusnaturalista da dignidade da pessoa humana e seu conteúdo histórico-cultural.....	89
3. Direitos do homem e direitos fundamentais	90
4. Evolução histórica dos direitos fundamentais	92
4.1. A classificação dos direitos da cidadania de T. H. Marshall	94
4.2. A classificação dos direitos fundamentais em gerações de direitos	95
4.2.1. A classificação dos direitos fundamentais em dimensões de direitos	99

5. Os modos de manifestações dos direitos fundamentais.....	99
5.1. Os direitos fundamentais sob o aspecto da liberdade	101
5.2. Os direitos fundamentais sob o aspecto da igualdade efetiva	102
5.3. Os direitos fundamentais sob o aspecto da fraternidade.....	104
6. O direito fundamental ao desenvolvimento nacional.....	105
7. Os direitos transindividuais no Direito brasileiro	109
7.1. Coletivização dos direitos fundamentais	109
7.2. Características dos direitos fundamentais transindividuais	111
7.3. Classificação legal dos direitos transindividuais	112
7.3.1. Características dos direitos e interesses difusos	113
7.3.2. Características dos direitos e interesses coletivos.....	117
7.3.3. Características dos direitos e interesses individuais	119
7.3.3.1. Características dos direitos e interesses individuais homogêneos.....	120
8. O caráter transindividual do direito ao desenvolvimento nacional no contexto dos deveres socioeconômicos sob análise.....	121
8.1. O direito ao desenvolvimento nacional não tutela interesse individual.....	121
8.2. Aspecto subjetivo do direito transindividual ao desenvolvimento nacional	124
8.3. Implicações da transindividualidade do direito ao desenvolvimento nacional	127

CAPÍTULO IV

O MODELO JURÍDICO DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL COMO LIMITADOR DA ATIVIDADE TRIBUTÁRIA.....	131
1. O modelo jurídico do desenvolvimento nacional	131
1.1. O modelo jurídico do desenvolvimento nacional como princípio determinante da atividade estatal	135
1.1.1. Característica sistemática do modelo jurídico do desenvolvimento nacional	138
1.1.2. Eficácia do modelo jurídico do desenvolvimento nacional	140
1.1.3. Modo de efetivação do modelo jurídico do desenvolvimento nacional	147

1.1.4. Controle da aplicação do modelo jurídico do desenvolvimento nacional	149
1.2. Influência do modelo jurídico do desenvolvimento nacional na atividade tributária	151
2. A atividade estatal tributária	152
2.1. Extensão das expressões <i>tributo</i> e <i>atividade tributária</i>	152
2.2. O objeto da atividade tributária	153
2.2.1. As finalidades dos tributos	153
2.2.2. Efeitos socioeconômicos dos tributos.....	158
2.2.3. Atividade estatal tributária como instrumento de orientação socioeconômica.....	166
2.2.4. Legitimidade dos tributos	172
2.3. Instituição de tributos	175
2.4. Administração fiscal	177
2.5. O modelo jurídico da atividade tributária	178
3. A competência para o exercício da atividade tributária – Estado Democrático.....	179
3.1. A expressão <i>competência legislativa tributária</i>	179
3.2. O direito de tributar	181
3.2.1. O modelo jurídico da competência legislativa tributária	185
3.3. Pessoas dotadas de competência legislativa tributária.....	187
3.4. Características da competência legislativa tributária	189
3.4.1. Aspectos objetivos da competência legislativa tributária	189
3.4.2. Aspectos subjetivos da competência legislativa tributária	191
3.4.3. Aspecto material da competência legislativa tributária	193
3.4.4. Aspecto formal da competência legislativa tributária....	194
3.5. A capacidade tributária ativa como resultado do exercício da competência legislativa tributária	195
3.6. A competência administrativa tributária.....	195
4. Limites à atividade tributária – Estado de Direito	197
4.1. Manifestação econômica	198
4.2. Capacidade econômica para contribuir.....	201
4.2.1. Capacidade contributiva sob o aspecto objetivo.....	201
4.2.2. Capacidade econômica para contribuir sob o aspecto subjetivo	202

4.2.2.1. A eficácia dos direitos fundamentais em face da atividade tributária	204
4.2.2.2. A imunidade tributária da garantia constitucional ao desenvolvimento.....	207
4.2.2.3. A capacidade econômica limita o conjunto de todas as espécies de tributos.....	213
4.3. O valor justiça como referencial da atividade tributária	217
4.4. Direitos transindividuais como limites à atividade tributária	220
4.5. As manifestações dos direitos fundamentais que limitam a atividade tributária.....	222
4.5.1. Limites que se manifestam sob o aspecto da liberdade	224
4.5.2. Limites que se manifestam sob o aspecto da igualdade efetiva.....	225
4.5.3. Limites que se manifestam sob o aspecto da fraternidade.....	230
4.5.3.1. Características dos direitos fundamentais que se manifestam sob o aspecto da fraternidade.....	233
4.5.3.2. O objetivo fundamental do desenvolvimento nacional e o equilíbrio entre direitos fundamentais.....	239
CONCLUSÕES	243
BIBLIOGRAFIA.....	247